



Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON
Procuradoria Jurídica - IDARON-PROJUR

Parecer nº 260/2021/IDARON-PROJUR

Autos : 0015.155559/2021-40

Objeto : Análise e emissão de parecer quanto aos procedimentos adotados pela pregoeira em relação às intenções/peças de Recursos Administrativos.

Consulente : Equipe de Licitação ZETA/SUPEL

Interessado : Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de intenção de recurso apresentada pela empresa **E N C COMERCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA E CONSULTORIA LTDA (VIPTECH SUPRIMENTOS DE INFORMATICA) (0021048692)**, de acordo com possibilidade elencada no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06, contra decisão que habilitou a empresa **REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA** na licitação.

O processo originário, o qual abriga o **Pregão Eletrônico Nº. 452/2021/ZETA/SUPEL/RO (0019942562)**, referente ao "Registro de preços para futura e eventual aquisição de material permanente – Impressoras, para a Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON.", foi encaminhado para análise quanto ao recurso e julgamento por parte da pregoeira, o que se passa a fazer na sequência analítica a seguir.

2. ADMISSIBILIDADE

Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, haja vista participação no certame, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.

Do mesmo modo, as contrarrazões aos recursos foram interpostas de forma tempestiva, legítima, e com interesse fundamentado, preenchendo os requisitos de admissibilidade.

3. DA INTENÇÃO DE RECURSO DA E N C COMERCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA E CONSULTORIA LTDA (0020879073)

A recorrente interpôs a seguinte intenção de recurso:

A ENC COMERCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA E CONSULTORIA LTDA manifesta intenção de recurso contra a empresa REPREMIG-LTDA nos termos do Art.4º, inc. XVIII, da Lei nº 10.520 e consoante ao Acórdão nº 339/2010-Plenári, manifesto o direito de interposição de recurso contra a empresa vencedora pois não cumpre com os requisitos do edital, no âmbito da documentação, balanço patrimonial ofertado não está de acordo com a lei, tais fatos serão fundamentados em recurso administrativo.

Foi inclusa, nos autos, peça de id. 0021048692 contendo as razões recursais da empresa, cujos argumentos foram devidamente analisados pela pregoeira e sua equipe.

4. DA DECISÃO DA EQUIPE DO PREGOEIRO (0021087643)

Findas sua análise, a equipe de pregão concluiu da seguinte forma:

Em vistas de todos os elementos acima apresentados, esta Equipe ZETA/SUPEL, através de sua Pregoeira, com fulcro nas leis pertinentes, e ainda pelas regras do edital e total submissão à Lei 8.666/93 e suas alterações, em especial ao art. 3º, em que aborda os princípios básicos: da legalidade, impessoalidade, probidade administrativa, sem excluir os princípios da isonomia, razoabilidade e eficiência, DECIDE pela MANUTENÇÃO DA DECISÃO que ACEITOU E HABILITOU a empresa: REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA para o item 01, julgando desta forma, totalmente IMPROCEDENTE à intenção e peça recursal interposta pela empresa: E N C COMERCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA E CONSULTORIA LTDA.

5. DA ANÁLISE JURÍDICA

A síntese recursal no presente caso concatena-se no seguinte enunciado: **empresa recorrida apresentou um balanço que não estaria devidamente registrado.**

O presente processo licitatório restou suspenso mediante arguição da recorrente sobre a habilitação da empresa **REPREMIG-LTDA**, conforme expõe o art. 109, §2º da Lei nº 8.666/1993.

A recorrente aduziu sobre a vencedora do certame para o item 01:

Ao analisar o balanço apresentado pela empresa recorrida, percebe-se que ele não está autenticado ou registrado pela junta comercial do estado, não é possível encontrar o termo de autenticação do balanço, documento que é necessário o envio concomitantemente com a proposta inicial sob pena de inabilitação conforme item a seguir: "13.2. Ressalvado o disposto no item 13.1.2, os licitantes deverão encaminhar concomitantemente com a proposta de preços, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação." grifei

Ante o exposto, requereu a revogação da decisão que declarou a recorrida como vencedora.

Em ato contínuo, a recorrida apresentou Contrarrazões (**0021087553**), nos seguintes termos:

(...) preliminarmente cabe salientar que não existe nenhuma dúvida que a peça recursal interposta pela empresa E N C Informática Ltda é completamente procrastinatória, e, tem o único intuito de tumultuar o presente procedimento, pois todo Contador, com um mínimo de conhecimento, sabe que a Obrigatoriedade de Registro do Balanço na JUCEMG, para as empresas que enviam o SPED Contábil, foi suprimida a quase 5 (CINCO) Anos!! Ato contínuo se mostra evidenciado que toda documentação apresentada pela empresa Repremig-Ltda está em total consonância com as exigências editalícias, como o sempre o fez em seus 30 (TRINTA) anos de atuação, de maneira totalmente ilibada, contratando com vários órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipais! grifei

Diante disso, requereu a manutenção da decisão que declarou-a como vencedora.

A pregoeira, analisando a intenção de recurso da recorrente, mais a documentação e contrarrazões da recorrida, juntamente com o instrumento convocatório em seu item 13.7. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, o Decreto Estadual nº 26.182/2021, o Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped, e o Decreto nº 9.555/2018, que dispõe sobre a autenticação de livros contábeis de pessoas jurídicas não sujeitas ao Registro do Comércio, verificou que a empresa recorrida obedeceu ao disposto na legislação, tendo apresentado a documentação efetivamente exigida, pelo que decidiu-se pela manutenção da decisão que aceitou e habilitou a empresa recorrida para o item 01, julgando pela improcedência total da intenção da peça recursal da empresa recorrente.

Assim, verifica-se que pelo fato da empresa recorrida ter cumprido todos os requisitos do edital e apresentado toda a documentação legalmente exigida, não há que se falar em inabilitação da empresa **REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA** por ausência de autenticação ou registro do balanço patrimonial na junta comercial do estado, seguindo afirma a recorrente.

Deste modo, não assiste razão à recorrente, devendo ser mantido o julgamento da pregoeira no sentido de conhecer da intenção de recurso e, após análise, julgá-la improcedente, mantendo a habilitação da recorrida **REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA**.

6. CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Procuradoria sedimenta entendimento pelo conhecimento do recurso e pela manutenção da decisão da pregoeira, julgando da seguinte forma:

“IMPROCEDENTE à intenção e peça recursal interposta pela empresa: E N C COMERCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA E CONSULTORIA LTDA.”

Esta decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93, que garantem a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.

Observando-se que este exame não adentra a seara da conveniência do ato administrativo, atendo-se tão somente à sua conformação aos preceitos legais.



Documento assinado eletronicamente por **Wanny Cristine Araujo das Neves Gomes, Procurador(a)**, em 25/10/2021, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0021480649** e o código CRC **C63BE362**.

Referência: Caso responda este Parecer, indicar expressamente o Processo nº 0015.155559/2021-40

SEI nº 0021480649